

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ECONOMIA**

HUGO LERES ARAUJO

AUXÍLIO EMERGENCIAL: análise do perfil dos beneficiários

**Governador Valadares
2022**

HUGO LERES ARAUJO

Auxílio emergencial: análise do perfil dos beneficiários

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador (a): Prof^ª Ma. Nayara Peneda Tozei

**Governador Valadares
2022**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Araujo, Hugo Leres.

Auxílio Emergencial : Análise do perfil dos beneficiários / Hugo Leres Araujo. -- 2022.

38 f. : il.

Orientadora: Nayara Peneda Tozei

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2022.

1. Auxílio Emergencial. 2. Transferência de renda. 3. Análise descritiva. I. Tozei , Nayara Peneda , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Departamento de Economia do Campus GV

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 8h do dia 15 de fevereiro de 2022, por webconferência, conforme Resolução Nº 24/2020 do Conselho Superior (CONSU), foi instalada a banca do exame de Trabalho de Conclusão de Curso para julgamento do trabalho desenvolvido pelo discente HUGO LERES ARAUJO, matriculado no curso de bacharelado em Ciências Econômicas. A Profa. Ma. Nayara Peneda Tozei, orientadora e presidente da banca julgadora, abriu a sessão apresentando o examinador, professor Dr. Geraldo Moreira Bittencourt.

Após a arguição e avaliação do material apresentado, relativo ao trabalho intitulado: AUXÍLIO EMERGENCIAL: ANÁLISE DO PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada considerando o discente HUGO LERES ARAUJO:

Aprovado (a)

Reprovado (a)

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada eletronicamente pelos presentes.

Governador Valadares, 15 de fevereiro de 2022.

Profa. Ma. Nayara Peneda Tozei
Orientadora

Prof. Dr. Geraldo Moreira Bittencourt
Membro da Banca

Hugo Leres Araujo

Aluno



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Peneda Tozei, Professor(a)**, em 20/02/2022, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HUGO LERES ARAUJO, Usuário Externo**, em 20/02/2022, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Moreira Bittencourt, Professor(a)**, em 20/02/2022, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0686509** e o código CRC **CB57926C**.

Dedico este trabalho aos meus pais, familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem tua graça não seria capaz de alcançar a conclusão deste curso.

Toda minha gratidão a minha orientadora, Nayara, por todo incentivo e apoio tão importantes. Sem sua ajuda e ensino nada disso seria possível.

Aos meus pais, por serem meu pilar, estarem ao meu lado e me fazer acreditar que tinha a força e ferramentas necessárias para concluir este curso.

Ao meu tio Márcio Leres, por todos os conselhos e todos os dias em que saiu de casa mais cedo para me deixar na universidade.

A minha amiga de curso Jacqueline Pereira, por ser uma grande incentivadora e alicerce durante a execução deste trabalho.

A minha amiga (irmã) Thais Alves, que muitas vezes me aconselhou e reergueu durante a caminhada.

E, por fim, agradeço todas as pessoas que, de alguma forma, foram essenciais para que alcançasse este objetivo com o qual sempre sonhei.

RESUMO

A pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) trouxe impacto em todo o mundo. Devido às medidas restritivas de circulação de pessoas e paralização das atividades comerciais, pessoas perderam totalmente ou parcialmente suas rendas. Com isso, diversos países desenvolveram políticas de transferência de renda para que esses indivíduos recuperassem suas rendas durante o período pandêmico. No Brasil, o governo federal criou o Auxílio Emergencial (AE), com objetivo de garantir renda mínima aos brasileiros e chegou a atender cerca de 107 milhões de brasileiros direta ou indiretamente. Este estudo analisa o benefício AE através de uma análise descritiva do perfil dos beneficiários utilizando os dados da PNAD COVID19, debruçando-se sobre características como renda, escolaridade, sexo, raça/cor e moradia; propondo apresentar reflexões de que a nova política de transferência de renda, consegue atingir todos os que realmente necessitam delas. Sob essa ótica, o AE, assim como o Programa Bolsa Família (PBF) tem em sua predominância um perfil de beneficiários mulheres, pessoas pardas, com ensino médio completo e moradores de zonas urbanas.

Palavras-chave: 1. Auxílio Emergencial. 2. Transferência de renda. 3. Análise descritiva

ABSTRACT

The new coronavirus (COVID-19) pandemic brought impact all over the world. Due to the restrictive measures for people's circulation and paralization of comercial activities, people partially or totally lost their incomes. In light of that, several countries developed income transfer policies so that these individuals recover their incomes during the pandemic time. In Brazil, the federal government created the Emergencial Aid (EA), aiming the assurance of the minimum income to brazillians and attended close to 107 million of brazilians, direcly or indirecly. This study analyse the EA benefit using PNAD COVID-19 data, leaning over indicators such as income, scholarship, sex, skin color and habitation; proposing to present observations that the new income transfer policy are able to reach all of the ones who need it. Under this view, the EA, such as the Bolsa Família Program (BFP), has a majority of women, brown people, people with high school and urban zones habitants as their beneficiaries profile.

Keywords: 1. Emergency Aid. 2. Income transfer. 3. Descriptive analysis

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Descrição das variáveis utilizadas	21
Gráfico 1 – Taxa de desocupação de quem recebeu auxílio emergencial em 2020.....	28
Gráfico 2 – Diferença entre rendimento habitual e rendimento efetivo no Brasil em 2020.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População que recebeu Auxílio Emergencial em julho de 2020.....	24
Tabela 2 – Beneficiários por sexo no brasil em julho de 2020.....	25
Tabela 3 – Beneficiários por cor e raça no Brasil em julho de 2020.....	25
Tabela 4 – Beneficiários por nível de escolaridade no Brasil em julho de 2020.....	26
Tabela 5 – Beneficiários por região no Brasil em julho de 2020.....	27
Tabela 6 – Beneficiários por situação do domicílio e tipo de moradia no Brasil em julho de 2020.....	27
Tabela 7 – Rendimento do trabalho de quem recebeu Auxílio Emergencial no Brasil em 2020.....	30
Tabela 8 – Beneficiários por tipo de contrato de trabalho no Brasil em julho de 2020.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1. O auxílio emergencial no Brasil	15
2.2. Os programas de transferência condicionada de renda	16
2.3. Perfil dos beneficiários	18
3. METODOLOGIA	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
6. REFERÊNCIAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

Em 2020, a pandemia do Novo Coronavírus atingiu quase 200 países (OMS, 2022). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), pandemia é definida como a disseminação de uma nova doença, por diferentes continentes, com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi identificado em 26 de fevereiro de 2020 (OPAS, 2020). Até 03 de fevereiro de 2022, havia 26.091.520 casos confirmados e 630.001 óbitos por COVID-19 confirmados no Brasil (SVS, 2022). Além dos efeitos sobre a saúde da população, a pandemia (e as medidas para combatê-la) trouxe impactos socioeconômicos.

Para evitar a disseminação da nova doença, e o colapso dos sistemas de saúde, alguns países adotaram a quarentena, restringindo a circulação de pessoas saudáveis que poderiam ter sido expostas à COVID-19 (HHS, 2020). No Brasil, houve restrição ao funcionamento de comércio, empresas, indústrias, escolas, universidades, locais de convívio comunitário e transporte público. Com as atividades suspensas, houve uma queda de 4,1% no PIB brasileiro em 2020. (IBGE, 2020).

Em resposta aos impactos socioeconômicos, vários países adotaram políticas emergenciais a fim de preservar empregos, renda e saúde pública (FMI, 2020). Países como Canadá, Reino Unido, Itália, Espanha, Estados Unidos, Japão, Chile, México e Brasil instituíram auxílios emergenciais que consistiram em transferência direta de renda (repasses financeiros) à população (FMI, 2020).

No Brasil, o Auxílio Emergencial (AE), foi um benefício criado para atender pessoas pobres ou que exerciam atividades prejudicadas pelas medidas de contenção da pandemia do Novo Coronavírus. Em seu lançamento, a transferência era de R\$ 600,00 e podia alcançar até duas pessoas por domicílio, ou uma transferência de R\$1200,00 em caso de família monoparental chefiada por mulheres. Essa configuração se manteve entre abril e dezembro de 2020. Após esse período, o benefício foi reduzido e passou a apresentar três faixas de pagamento: R\$150,00 para famílias de uma só pessoa, R\$ 250,00 para famílias de duas ou mais pessoas e R\$375,00 para mães chefes de família. Essa nova configuração se manteve até julho de 2021 e tinha a limitação de um pagamento mensal por domicílio (ARENA, 2021).

A implantação do Auxílio Emergencial (AE) no Brasil trouxe impactos positivos não só para a renda de seus beneficiários, mas também para a economia. Quando se analisam os impactos sobre o PIB é possível observar um aumento de 0,44% gerado pela garantia do benefício por três meses (COSTA e FREIRE, 2020).

Ao criar o AE, o governo federal tinha a expectativa de atender aproximadamente 60 milhões de pessoas, mas entre abril e maio de 2020 cerca de 107 milhões de pessoas se cadastraram para recebê-lo. Esse número revelou uma deficiência nas bases de dados nacionais em identificar apropriadamente pessoas em situação de vulnerabilidade social (RISSATO; GUIMARÃES, 2020).

Para tentar suprir essa carência e captar outras nuances específicas da pandemia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) por meio da qual é possível inferir quais as características de tais famílias: a PNAD-Covid19. Como se trata de eventos relativamente recentes, poucos trabalhos publicados fazem uma análise do perfil dos auxiliados.

Quando se trata do perfil das famílias beneficiadas por programas de transferência de renda no Brasil, são compostas por 3 a 6 pessoas em média, tendo a grande maioria residindo na região Nordeste do país (50,2%), seguida do Sudeste (25,4%). Este cenário sugere que a desigualdade de renda dentro do país está associada à desigualdade regional. No estado do Maranhão, por exemplo, 57% das casas recebem o Bolsa Família, enquanto em Santa Catarina apenas 7,3% fazem uso deste Programa (IPEA, 2013).

Deste modo, este trabalho fará uma análise descritiva dos beneficiários do Auxílio Emergencial, buscando captar questões como renda, escolaridade, cor e características da moradia. Para fins de contextualização, os dados serão comparados com o perfil dos beneficiários do programa de transferência de renda Bolsa Família, pois, considerando o público-alvo dos dois programas, espera-se que existam algumas semelhanças entre os perfis. Para tanto são empregados os dados da PNAD-Covid19 entre os meses de maio e novembro de 2020.

Neste panorama, espera-se poder contribuir com esta monografia na criação de programas e projetos de assistência social que busquem melhorar a qualidade de vida de populações vulneráveis. Por isso, a contribuição efetiva na análise e no estudo dos perfis de beneficiários de programas de transferência de renda já existentes faz com que especialistas possam vir a formular políticas mais assertivas e que atendam todos os públicos. O estudo visa, também, a preencher as lacunas existentes de literatura uma vez que não se possui uma extensa base teórica para discussão do tema proposto.

Esta monografia tem a seguinte estrutura: além da introdução, referencial teórico na seção 2, metodologia e base de dados de pesquisa na seção 3, resultados e discussões na seção 4 e considerações finais na seção 5.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Para entender o perfil dos beneficiários pelo Auxílio Emergencial (AE) é preciso, primeiro, entender o público-alvo do programa. Como ele é similar ao público-alvo de muitos programas de transferência de renda, e ainda existem poucos estudos sobre o AE, serão apresentados, nesta seção, alguns estudos sobre tais programas.

2.1. O auxílio emergencial no Brasil

Frente à pandemia e à paralisação de diversas atividades econômicas para conter seu avanço, no Brasil, o governo federal instituiu o Auxílio Emergencial, foi através da Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020, e regulamentou pelo Decreto nº 10.316 e Portaria nº 351, ambos do Ministério da Cidadania, do dia 07 de abril de 2020. Tratava-se de um apoio financeiro mensal de caráter temporário, a princípio com duração de três meses e posteriormente prorrogado por mais dois meses. Seu principal objetivo era auxiliar as famílias que sofreram alteração em sua renda devido à pandemia da Covid-19 (BRASIL, 2021).

Podiam fruir da transferência pessoas maiores de idade com renda familiar de até 3 salários mínimos ou que estavam fora do mercado de trabalho formal, microempreendedores e autônomos. Somado a isso, domicílios que recebiam o Bolsa Família em um valor abaixo de R\$600,00 passaram a receber o auxílio emergencial automaticamente, e, durante esse período, não receberam o Bolsa Família. A Caixa Econômica Federal atuou como agente pagador do Auxílio e a origem dos recursos para pagamento é do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cidadania. (CEF, 2021).

De acordo com Monte (2020), o Auxílio Emergencial possibilitou o aumento da renda média da população, principalmente no que diz respeito ao Nordeste, pois apesar de o programa ter o mesmo critério de inclusão em todo o país, os estados mais pobres tiveram maior quantidade de beneficiários. No Maranhão, por exemplo, 70% da população foi contemplada pelo AE, em Santa Catarina, por outro lado, esse número é menor que 30%. Além disso, os valores recebidos também tendem a ser maiores nessas regiões mais pobres e vulneráveis, em razão, em parte, da maior quantidade de mães solteiras recebendo o benefício, nessas localidades.

De acordo com os dados de Brasil (2021), 67,9 milhões de pessoas foram beneficiadas diretamente pelo Auxílio Emergencial, das quais 56% não estavam inscritas no CadÚnico antes da pandemia, 28% são beneficiários do Bolsa Família e por fim 16% estão no CadÚnico

mas não recebem Bolsa Família. O perfil etário destes beneficiados é composto em sua maioria por pessoas com idade entre 18 e 34 anos, correspondendo a 44% do total.

2.2. Os programas de transferência condicionada de renda

Os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) são um conjunto de políticas públicas que fazem distribuição direta de dinheiro à população (geralmente de baixa renda), mediante a satisfação de algumas condições. As condições podem ser, por exemplo, matrícula de crianças na escola e investimentos em saúde (NAZARENO; VASCONCELOS, 2015).

Na década de 1970, no Brasil, foi criado o programa Renda Mensal Vitalícia (RMV), cuja população alvo eram pessoas com deficiência e idosos com renda familiar per capita abaixo de um quarto do salário mínimo. Esse benefício tinha o valor de meio salário mínimo e é um precursor dos Benefícios de Prestação Continuada (ROCHA, 2013). É possível citar também a Aposentadoria Rural que, apesar de concebida como um programa previdenciário, adquiriu aspectos de assistência social, por não haver vinculação com contribuição prestada pelo beneficiário (ROCHA, 2013; SOARES; SÁTYRO, 2009).

No final da década de 1990, experiências locais de transferências condicionadas de renda surgiram, baseadas no conceito de Renda Mínima. Três exemplos são: o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, em Campinas (São Paulo), o Bolsa Familiar para Educação, no Distrito Federal, e o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, de Ribeirão Preto (São Paulo). Para os três, a contrapartida requisitada era a matrícula das crianças do núcleo familiar na escola (SOARES, SATYROS, 2009).

Tais políticas, apesar de terem se tornado bastante populares entre seus beneficiários, não tinham sustentabilidade financeira local (ROCHA, 2013). Ou seja, não havia um uso dos recursos financeiros de forma equilibrada. Assim, logo foi criado um programa federal baseado na condicionalidade de frequência de crianças na escola: o Bolsa Escola, de 1997, que pagava R\$ 15,00 por criança matriculada na escola. Outros programas de transferência de renda também foram criados, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), voltado para a proteção das crianças; o Bolsa Alimentação, que exigia acompanhamento nutricional e pré-natal; e o Auxílio Gás que, apesar de não exigir compensações, também não tinha nenhum tipo de restrição em relação à composição familiar, exceto a renda.

Finalmente, em 2003, nasceu o Programa Bolsa Família (PBF), unificando a série de programas pré-existentes. A unificação procurava reduzir dificuldades e custos de aplicação relacionados aos critérios de elegibilidade e cadastro, além de resolver problemas relacionados à justaposição de benefícios. A relativa simplicidade foi um dos pontos principais para o sucesso e a longevidade do programa, bem como seus avanços institucionais ao longo dos anos. Destaca-se também a relação simbiótica com Cadastro Único (CadÚnico), que possibilitou registro mais completo da pobreza no Brasil, de forma a focalizar melhor o programa (PAIVA et al., 2013).

Desde sua instalação, o PBF passou a ser objeto de muitos estudos e avaliações de impacto, trabalhos que buscam mensurar efeitos sobre desigualdade, pobreza, evasão e desempenho escolar, nutrição, informalidade, entre outras vulnerabilidades sociais. A respeito da desigualdade, Soares *et al.* (2006) analisam sua evolução no Brasil entre 1995 e 2004 e buscam mensurar o impacto das transferências de renda sobre seus principais indicadores. Em seus resultados, os autores encontraram que o BPC foi responsável por 7% da redução no índice de Gini ao longo período, ao passo que o PBF representou 21% desse declínio.

Mais recentemente, Osório *et al.*, (2019) avaliam 15 anos de programa e apontam que, ao longo desse tempo, o PBF foi responsável por cerca de 10% da redução das desigualdades no período. Ambos os trabalhos apontam a boa focalização do benefício como motivo dos resultados positivos apresentados.

Cireno *et al.* (2013) analisam associação entre desempenho escolar e o PBF com ênfase em três aspectos: resultado da Prova Brasil, abandono escolar e distorção idade-série (dois ou mais anos de atraso escolar). É encontrado pior desempenho entre os alunos vindos de famílias que fazem parte do programa. Entretanto, quando são controladas características socioeconômicas, os sinais se invertem. Assim, os autores concluem que o Bolsa Família ajuda na diminuição da desigualdade educacional ao reduzir as desvantagens educacionais associadas à pobreza.

Também mensurando impactos do PBF sobre educação por meio da Prova Brasil, Lima e Vasconcelos (2019), mostram que, entre 2004 e 2014, a política teve efeitos positivos em todas as Unidades da Federação (UFs) brasileiras. Todavia, esse impacto é bem heterogêneo para os diferentes estados, fato que sugere possibilidades de melhoria na política.

Avaliando o impacto em questões nutricionais, Camelo *et al.* (2009), por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do ano de 2006, mostram que a bolsa reduziu, em média, 7% a probabilidade de insegurança alimentar das

famílias favorecidas. Além disso, Baptistella (2012) aponta que o programa aumenta a probabilidade de que crianças apresentem altura e peso adequados para suas idades. Por outro lado, os adultos dessas famílias também se tornam mais suscetíveis à obesidade. Esses resultados podem ser reforçados pelas revisões bibliográficas de Carvalho *et al.* (2020) e Cotta e Machado (2013), que indicam que o programa facilitou o acesso a comida, mas também aumentou o consumo de alimentos de alta caloria.

2.3. Perfil dos beneficiários

Nesta seção, serão apresentados e discutidos dados sobre o perfil dos beneficiários de programas de transferência condicionada de renda, no Brasil. Em resumo, uma vez apresentada história, avaliações e diferentes exemplos de Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), é interessante entender quem são as pessoas que participam desses programas.

Além da baixa renda, que outros aspectos em comum elas apresentam? Buscando responder essa pergunta no contexto do Programa Bolsa Família (PBF), Camargo *et al* (2013) usam o CadÚnico para descrever o perfil socioeconômico das famílias pertencentes ao programa. É visto que 50,4% dos domicílios atendidos estavam no Nordeste e 75,3% se localizavam em áreas urbanas, além disso, apenas 35,7% tinham acesso à rede de coleta de esgoto. Em relação às características das famílias, 72,4% estavam em situação de pobreza extrema, 42,2% eram famílias monoparentais chefiadas por mulheres e apenas 12,4% dos responsáveis pelo domicílio declararam ter pelo menos o ensino completo.

Camargo *et al* (2013), ainda no contexto do PBF, apresentam que a idade média de responsáveis familiares é de 35,1 anos sendo em sua maioria mulheres. Ao mesmo tempo, famílias chefiadas por mulheres encontravam-se em situação de imensa vulnerabilidade pelo fato de não haver outros adultos para conciliar a manutenção de seus núcleos familiares. Já as mulheres mais jovens são vulneráveis por enfrentarem distorções como barreiras a entrada no mercado de trabalho e acessos a serviços de infraestrutura.

Souza e Couto (2015) traçam o perfil da pobreza entre os beneficiários para os estados da Bahia e do Paraná. Especificamente para o Paraná, chama atenção a quantidade de casas feitas de madeira (36,03%), uma característica mais comum na região sul do Brasil. O acesso a rede de esgoto era pouco mais de 40% para os dois estados, enquanto a coleta direta de lixo alcançava 80,3% dos domicílios paranaenses, contra 60,1% das habitações baianas. As características de cor também se diferem bastante entre os dois estados: no Paraná, 67,5% dos

beneficiários eram brancos e, na Bahia, 75,7% se declaravam pardos. Finalmente, sobre a escolaridade, a incidência de adultos com mais de 11 anos de estudo era 18,9% no Paraná e 15,5% na Bahia.

No contexto do Auxílio Emergencial, Komatsu BK e Menezes-Filho N. (2020) traçam o perfil dos beneficiários que perderam suas rendas durante a pandemia. Os grupos de beneficiários que mais tiveram perdas em suas rendas foram aqueles que trabalhavam em empresas pequenas, com até 5 pessoas (53,2%). Já em relação as regiões do país mais atingidas, estão estados do Norte, Nordeste e Sudeste, com um percentual de 11%, 12% e 10% respectivamente. Em seus resultados, os autores encontram que cerca de 47% dos beneficiários do AE tiveram suas jornadas de trabalho reduzida, esse percentual representa 37 milhões de trabalhadores que passaram a depender diretamente do benefício para sobrepor sua renda.

Assim, em sua próxima seção, este trabalho tenta contribuir para suprir a lacuna de ausência de informações de grupos que possuíam maior necessidade e acesso a Programas de Transferência de Renda ao montar uma análise descritiva dos beneficiários do Auxílio Emergencial.

3. METODOLOGIA

Essa seção apresenta o caminho metodológico para construção das tabelas descritivas empregadas para analisar o perfil dos beneficiários de auxílios emergenciais e do Bolsa Família no Brasil.

Os dados utilizados são provenientes da PNAD-Covid19, uma versão especial da pesquisa realizada pelo IBGE com foco em captar informações sobre a doença e sobre outras condições específicas causadas pela pandemia. As informações coletadas pela PNAD-Covid19 abrangeram o período entre maio e novembro de 2020, com periodicidade mensal, e contava com uma amostra fixa com 193.662 mil domicílios, cujos moradores foram entrevistados via telefone. Os dados correspondentes a cada mês estão disponíveis no site do IBGE em formato *.txt*, de onde foram transferidos e depois tratados com auxílio do software estatístico STATA IC 11.1.

A transposição dos valores amostrais para populacionais foi realizada com o uso de pesos amostrais¹ estratificados disponibilizados na própria base da PNAD-Covid19 pelo IBGE. Tais pesos são construídos a partir das estimativas de crescimento populacional e do Censo Demográfico de 2010, segundo IBGE (2014, p 26):

Na PNAD Contínua, os pesos são ajustados para que ao estimar o total populacional de certos níveis geográficos, a estimativa obtida coincida com a estimativa populacional produzida pela Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) da Diretoria de Pesquisas. Os pesos para estimação trimestral são calibrados para a população do dia 15 do mês do meio do trimestre.

Para caracterizar as pessoas que receberam auxílio emergencial em relação a aspectos pessoais e de moradia, são empregados dados do mês de julho. A escolha por esse mês se baseia no fato de que, na época, a fase de implantação do auxílio já havia passado, ao mesmo tempo em que as medidas de restrição contra a pandemia continuavam vigentes na maioria dos estados. Foram entrevistadas cerca de 349 mil pessoas, representando 193.662 domicílios.

Os dados relativos à renda e características do trabalho, por serem mais voláteis, são analisados para todo o período. Além disso, são consideradas pessoas maiores de idade em todo o Brasil.

O Quadro 1 mostra de maneira sintética a definição das variáveis mês, sexo, cor, escolaridade, região, situação do domicílio, condição do domicílio, rendimento habitual, rendimento efetivo, tipo de contrato de trabalho, ocupação e tipo de benefício que serão

¹ Cálculo dos pesos amostrais disponível em:

https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/SIPD_amostra_mestra_2010_e_amostra_PNAD_cont.pdf

empregadas nas análises descritivas que seguem a esta sessão. Cabe destacar que a principal variável aqui empregada, aquela que informa os benefícios (Tipo de Benefício) recebidos no mês de referência, foi construída a partir de outras duas (D0031 e D0051).

Na variável Tipo de Benefício - D0031, o morador declarava que recebeu rendimentos do Bolsa Família naquele mês e, na Tipo de Benefício - D0051, esclareceu se estava recebendo auxílio emergencial. Assim, o esperado é que as pessoas que originalmente recebiam o PBF, mas que tiveram benefício trocado pelo AE no mês de referência, sejam contabilizadas apenas neste último grupo. Entretanto, é possível que alguns indivíduos tenham declarado receber transferências de ambos os programas e, para essa situação, foi criada uma categoria específica.

Outro fator importante é que, teoricamente, apenas as famílias que recebiam mais de R\$ 600,00 via PBF permaneceram com ele. Assim, observa-se que esse grupo seja o que mais apresenta características de vulnerabilidade social. Pois, além de ser composto apenas por pessoas que dependiam previamente de transferências de renda, também são as que necessitavam dos maiores valores.

Quadro 1- Descrição das variáveis utilizadas

Variáveis	Dicionário PNAD	Descrição	Categorias
Mês	V1013	Mês da Pesquisa	1. Maio 2. Junho 3. Julho 4. Agosto 5. Setembro 6. Outubro 7. Novembro
Sexo	A003	Sexo do Morador	1. Masculino 2. Feminino
Cor	A004	Cor ou raça do Morador	1. Branca 2. Preta 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena
Escolaridade	A005	Nível de Escolaridade do Morador	1. Sem instrução 2. Fundamental Incompleto 3. Fundamental completo 4. Médio incompleto 5. Médio completo 6. Superior incompleto 7. Superior completo 8. Pós-graduação, mestrado ou doutorado.

Continua

Quadro 1- Descrição das variáveis utilizadas (Continuação)

Variáveis	Dicionário PNAD	Descrição	Categorias
Região	Gerada a partir da UF	Região (geográfica) do domicílio	1. Norte 2. Nordeste 3. Sudeste 4. Sul 5. Centro-oeste
Situação do domicílio	V1022	Zona do domicílio	1. Zona Urbana 2. Zona Rural
Condição do domicílio	Gerada a partir da A005	Condição de Propriedade do domicílio	1. Própria 2. Alugada ou pagando financiamento 3. Cedida 4. Outra condição
Rendimento Habitual	C01012	Rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos	Valores Monetários medidos em reais (R\$)
Rendimento Efetivo	C011a12	Rendimento de fato recebido em qualquer posição na ocupação, no mês de referência, incluindo todos os pagamentos que não tenham caráter contínuo e considerando os descontos por ausências no trabalho	Valores Monetários medidos em reais (R\$)
Tipo de contrato de Trabalho	Gerada a partir da C007 E C007b	Tipo de contrato de trabalho	1. Com carteira assinada 2. Servidor público 3. Sem carteira assinada 4. Trabalhador por conta própria 5. Empregador 6. Não exerceu atividades remuneradas
Ocupação	Gerada a partir da C001 e C015	Identifica pessoas ocupadas dentro da força de trabalho	1. Pessoas Ocupadas 2. Pessoas desocupadas que procuraram emprego na semana de referência.
Tipo de benefício	Gerada a partir da D0031 e D0051	Se o Morador declarou receber Bolsa Família ou Auxílio Emergencial no mês de referência	1. Conciliava Auxílio Emergencial e Bolsa família 2. Recebia apenas auxílio emergencial no mês de referência 3. Recebia apenas Bolsa Família 4. Não recebia nem Bolsa Família nem Auxílio Emergencial

Fonte: Elaboração Própria, 2022.

A respeito dos resultados esperados, é possível citar, por exemplo, os trabalhos de Andrade (2022) e Rissato e Guimarães (2021). Ambos os estudos apontam que o perfil mais provável de beneficiários é formado por mulheres, pretos e pardos, jovens e pessoas com baixo grau de escolaridade, moradoras da região Norte e Nordeste.

Rissato e Guimarães (2021) também mostram que pessoas que trabalhavam com carteira assinada tinham menor probabilidade de requisitar o auxílio. Como o próprio desenho do programa foi feito para proteger pessoas autônomas, também é suposto que esse grupo seja o mais presente entre os que precisaram da ajuda governamental.

Em relação às características do domicílio, baseado nos trabalhos de Camargo *et al* (2013) e Souza e Couto, (2015) especificamente para o PBF espera-se que pessoas residentes na zona rural e casas cedidas sejam as que proporcionalmente mais necessitem do programa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção apresenta os resultados descritivos para analisar o perfil dos beneficiários de auxílios emergenciais e do bolsa família no Brasil. A Tabela 1 apresenta como a população se dividiu entre pessoas que recebiam Auxílio Emergencial, Bolsa Família, ambos ou nenhum, ao longo dos meses.

O mês de julho apresentou o maior percentual de indivíduos recebendo auxílio emergencial (43,87%). Esse maior resultado provavelmente se deu devido ao fato de que a política já havia sido implementada completamente e teria atingido todos os grupos de beneficiários. Nesse mesmo mês, 0,59% dos entrevistados recebiam o Bolsa Família, 4,7% recebiam os dois benefícios e 51,38% não recebia nenhuma das duas transferências. Apesar de alterações percentuais na composição ao longo do tempo, os valores referentes ao BF se mantiveram estáveis até outubro. Por outro lado, de julho em diante, é observada uma queda no percentual de dependentes do auxílio emergencial, chegando a 38,88% em novembro. Essa mudança é esperada, visto que, nesse momento, as medidas de restrição começaram a se tornar mais flexíveis e muitas pessoas retomaram suas atividades (DECRETO Nº 17.434, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020).

Tabela 1 - População que recebeu auxílio emergencial em julho de 2020, em percentual

	Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Maio	8,27	33,56	1,28	56,89	100
Junho	5,29	41,51	0,79	52,42	100
Julho	4,17	43,87	0,59	51,38	100
Agosto	3,5	44,43	0,55	51,52	100
Setembro	3,06	44,49	0,55	51,89	100
Outubro	5,17	40,97	1,04	52,83	100
Novembro	5,8	38,88	1,22	54,10	100
Total	5,03	41,1	0,86	53,00	100

Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

A análise do perfil de quem recebia auxílios deve ser feita levando em consideração não apenas sua composição percentual, mas também deve ser comparada às condições de empregabilidade delas. Por exemplo, apesar de mais da metade dos beneficiários do AE serem mulheres, elas se mostram em maior percentual (54,68%) recebendo o Bolsa Família, como pode ser visto na Tabela 2. Isso sugere que as mulheres estejam em posições mais vulneráveis

que os homens (45,32%). Esse resultado pode ser reforçado pelo artigo de Rissato e Guimarães (2020) que encontram maior probabilidade de homens receberem benefícios emergenciais por terem maior acesso a recursos tecnológicos.

Tabela 2 - Beneficiários por sexo no Brasil em julho de 2020, em percentual

	Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Masculino	47,64	49,48	45,32	48,53	48,89
Feminino	52,36	50,52	54,68	51,47	51,11
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

Considerando a cor de pele (Tabela 3), a maior parte dos beneficiários do AE é de cor parda (52,55%), seguido da cor branca (35,79%) e preta (11,32%). Comparando com a população total, é possível observar que pretos e pardos estão proporcionalmente mais presentes entre aqueles que recebem benefícios. Esse comportamento é o mesmo observado por Camargo *et al.* (2013) para usuários do PBF. Esse resultado é esperado, uma vez que condições de vulnerabilidade social são mais facilmente encontradas em populações não brancas, fenômeno explicado por processos históricos e discriminativos brasileiros.

Tabela 3- Beneficiários por cor e raça no Brasil em julho de 2020, em percentual

	Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Branca	24,97	35,79	27,84	53,5	44,39
Preta	10,6	10,68	11,32	8,32	9,47
Amarela	0,62	0,57	0,86	1,07	0,83
Parda	63,27	52,55	58,99	36,86	44,97
Indígena	0,54	0,38	0,99	0,22	0,31
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

Considerando a escolaridade (Tabela 4), o grupo mais presente entre aqueles que receberam AE é o de pessoas com ensino médio completo (34,18%), seguido por aqueles com ensino fundamental incompleto (26,69%). Essa relação não se repete para quem recebia apenas o BF ou acumulava benefícios. Nesses casos, a participação de indivíduos com fundamental incompleto era maior (33,83% e 32,85% respectivamente). Isso deve ser explicado pelo fato de o Auxílio Emergencial ter critérios mais amplos de concessão,

relativamente ao BF, o que poderia representar um desemprego temporário, não associado a uma condição maior de pobreza. Aqueles dois grupos são formados por pessoas em situação mais severa de vulnerabilidade, isto é, apenas cidadãos que já eram considerados pobres antes da pandemia.

Além disso, escolaridade e pobreza são bastante correlacionadas (SALVATO et al., 2010), o que ajuda a entender os comportamentos observados. Nesse sentido, é interessante destacar que 58,35% dos que tinham pelo menos ensino médio completo receberam algum tipo de auxílio e esse percentual era de 42,16% quando se analisam as pessoas que não haviam concluído o ensino básico.

Tabela 4- beneficiários por nível de escolaridade no Brasil em julho de 2020, em percentual

	Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Sem instrução	4,56	4,22	3,83	3,85	4,04
Fundamental incompleto	33,83	26,69	32,85	18,41	22,77
Fundamental completo	9,52	8,47	7,9	7,51	8,01
Médio incompleto	14,31	10,67	15,48	5,56	8,22
Médio completo	32,18	34,18	33,41	29,41	31,64
Superior incompleto	3,1	7,08	3,78	8,82	7,79
Superior completo	2,27	7,6	2,57	20,32	13,88
Pós-graduação ou doutorado	0,24	1,09	0,19	6,13	3,64

Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

A Tabela 5 mostra como os grupos analisados se repartiam ao longo do território brasileiro e permite constatar que o Sudeste e o Nordeste são as regiões que mais receberam auxílios.

Para analisar essa informação é importante apresentar um dado complementar: na região Norte, 66,29% da população requisitou algum tipo de auxílio e, no Nordeste, esse número foi de 64,36%. Tais valores são muito altos em comparação com Sudeste, Sul e Centro-Oeste onde os percentuais de pessoas que receberam essas transferências foram, respectivamente 41,3%; 33,88% e 45,62%. Isso quer dizer que, apesar de o Norte representar apenas a 4º região na participação do AE, ele ainda era a parte do país com, proporcionalmente, mais pessoas dependentes de benefícios.

O Nordeste, por sua vez, é tanto a região com o segundo maior percentual da população recebendo o AE, quanto a segunda maior representação dentro do total de beneficiários no país. Mais uma vez, essa distribuição segue nuances características brasileiras, dado que a região norte é a mais pobre do país e o Sul possui melhores indicadores socioeconômicos.

Tabela 5- Beneficiários por região no Brasil em julho de 2020, em percentual

	Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Norte	19,04	10,00	14,93	5,21	7,94
Nordeste	39,25	34,60	33,63	18,34	26,43
Sudeste	27,86	37,64	36,37	49,48	43,31
Sul	7,28	10,52	8,85	18,88	14,67
Centro-oeste	6,58	7,24	6,23	8,09	7,64
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

Considerando aspectos habitacionais, a Tabela 6 mostra, ao mesmo tempo, duas questões sobre o tema disponíveis na PNAD-Covid19: a localização e a condição de propriedade dos domicílios. Em relação à localização, a maioria vivia em zonas urbanas, mas o percentual de moradores da zona rural era proporcionalmente maior entre aqueles que dependiam de benefícios.

Particularmente a respeito das condições de propriedade de quem recebia AE, são vistos percentuais de pessoas residentes em casas próprias bem parecidas com os valores populacionais (65,25%, contra 66,19%). Para quem auferia o PBF, por outro lado, os percentuais de moradores de casas cedidas, alugadas ou financiadas eram bem superiores à média geral. Mais uma vez, aqui cabe a hipótese de maior vulnerabilidade dessas pessoas, visto que todo esse grupo já era considerado pobre antes da pandemia, ao passo que dos muitos que recebiam o AE passavam apenas por dificuldades financeiras temporárias.

Tabela 6- Beneficiários por situação do domicílio e tipo de moradia no Brasil em julho de 2020, em percentual

	Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Urbano	73,69	82,52	80,11	90,76	86,37
Rural	26,31	17,48	19,89	9,24	13,63
Total	100	100	100	100	100

Continua

Tabela 6- Beneficiários por situação do domicílio e tipo de moradia no Brasil em julho de 2020, em percentual (Continuação)

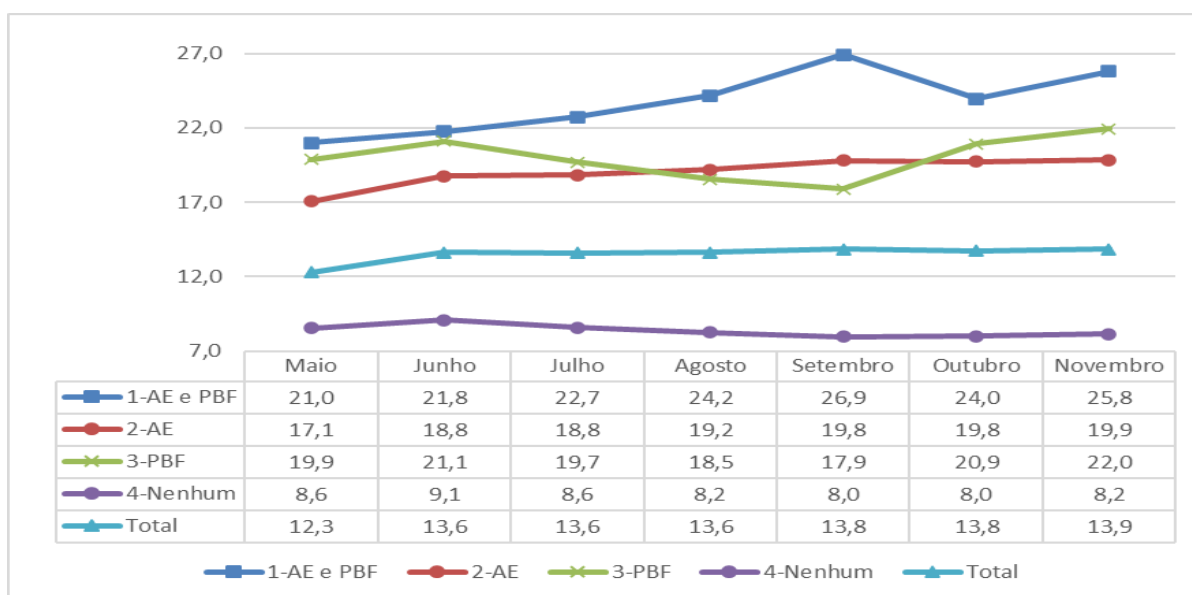
	Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Própria Quitada	65,24	65,25	55,4	67,19	66,19
Alugada ou Financiada	18,29	21,79	26,69	24,46	23,04
Cedida	15,91	12,49	17,2	8,08	10,39
Outro	0,56	0,47	0,72	0,27	0,37
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

Doravante, serão observadas características de trabalho e rendimento, buscando captar as tendências ao longo do tempo. Iniciando a discussão, o Gráfico 1 mostra a evolução da taxa de desemprego para cada um dos grupos analisados e permite constatar que eles apresentaram comportamentos distintos.

Primeiro, o grupo “AE e PBF” sofreu os maiores índices de desocupação, atingindo o ápice de 26,9% em setembro. Isso é explicado por Komatsu BK e Menezes-Filho N. (2020) ao observarem que os beneficiários de programas de transferência de renda trabalham em setores vulneráveis (comércio e/ou informalmente) ou estão desempregados. Em segundo, aparecem os beneficiários do bolsa família que, entretanto, atingiram sua menor taxa de desemprego também em setembro (17,9%). Nesse mesmo mês, eles chegam a inverter posições com quem recebia auxílio emergencial, grupo que também alcançou seu máximo desemprego no mês de setembro (19,8%).

Gráfico 1- taxa de desocupação de quem recebeu Auxílio Emergencial em 2020

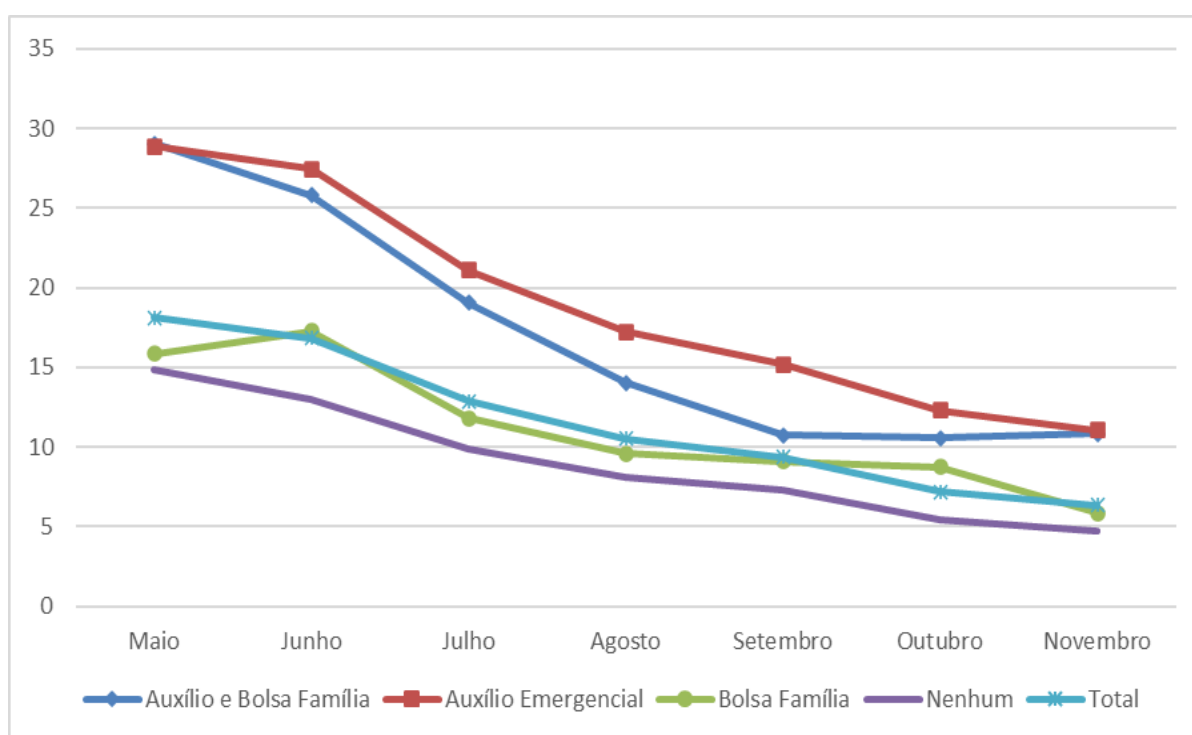


Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

A Pandemia afetou não apenas as taxas de ocupação, mas também alterou a renda média do trabalho, ao reduzir remunerações e quantidade de horas trabalhadas por semana. Para avaliar essa questão, a Tabela 7 exhibe, ao mesmo tempo, os rendimentos habituais² e efetivos³ das pessoas ocupadas e, com isso, permite inferir de forma aproximada as perdas salariais ocorridas no período, conforme Gráfico 2.

Assim, constata-se que as pessoas que demandaram o AE foram as que mais tiveram perdas de rendimentos ao longo de todo o período analisado e, em maio, chegaram a perder a média R\$441,33 de seus ordenados habituais. Esse mês representou o máximo de perdas salariais entre todos os grupos e a perda de rendimentos reduziu continuamente até novembro. Segundo relatório do Banco Mundial (2022), o Auxílio Emergencial impactou positivamente na renda, atribuindo esse êxito à robustez do benefício e a consolidada experiência do país na gestão do Bolsa Família.

Gráfico 2-Diferença entre rendimento habitual e rendimento efetivo no Brasil em 2020



Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

² O rendimento habitual consiste no rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos.

³ O rendimento efetivo consiste no rendimento de fato recebido em qualquer posição na ocupação, no mês de referência, incluindo todos os pagamentos que não tenham caráter contínuo e considerando os descontos por ausências no trabalho

Embora não tenham sofrido os maiores prejuízos, vale ressaltar a baixa renda auferida pelos que recebiam PBF ou que acumulavam benefícios. Entre maio e julho os beneficiários do PBF sequer conseguiram retirar o valor de um salário mínimo dos seus respectivos trabalhos, ao passo que os que recebiam os dois benefícios jamais se aproximavam dessa marca. Enquanto isso, aqueles que não precisam de ajudas governamentais auferem rendimentos mais de três vezes maiores que os do grupo mais pobre e o dobro do recebido pelos beneficiários do AE.

Tabela 7- Rendimento do trabalho de quem recebeu Auxílio Emergencial no Brasil em 2020, em percentual

		Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Maio	Habitual	979,87	1528,57	1192,42	2930,28	2340,29
	Efetivo	694,95	1087,24	1003,51	2495,96	1916,16
Junho	Habitual	1032,28	1503,42	1205,14	3043,39	2349,97
	Efetivo	766,00	1090,89	997,14	2648,15	1954,55
Julho	Habitual	1096,51	1540,23	1203,61	3094,69	2394,03
	Efetivo	887,49	1215,16	1061,24	2790,25	2085,34
Agosto	Habitual	1123,71	1535,88	1233,00	3093,89	2400,67
	Efetivo	966,24	1271,40	1114,96	2843,36	2147,76
Setembro	Habitual	1102,76	1520,09	1287,75	3079,73	2394,15
	Efetivo	984,05	1289,46	1170,42	2854,82	2169,94
Outubro	Habitual	958,76	1524,13	1138,56	3022,11	2361,27
	Efetivo	857,29	1336,82	1038,89	2857,65	2191,22
Novembro	Habitual	964,89	1513,36	1118,18	2978,61	2349,20
	Efetivo	860,36	1345,81	1052,53	2836,98	2200,63
Total	Habitual	1020,73	1523,70	1185,26	3032,46	2369,67
	Efetivo	828,96	1236,65	1050,74	2758,44	2094,96

Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

Para entender a fonte dessas diferenças (rendimento habitual e efetivo), além de ressaltar pontos determinantes da renda já mencionados, como escolaridade, cor e região,

também é necessário entender características do trabalho dessas populações. Os grupos que necessitavam de algum tipo de transferência de renda contavam com um percentual maior de trabalhadores sem carteira ou por conta própria (autônomos, informais e microempreendedores individuais), relativamente aos que não recebiam benefícios. Essas ocupações geralmente não oferecem proteção financeira institucional aos seus trabalhadores, situação que reforça a importância do AE durante a crise sanitária.

Adicionalmente, o percentual de pessoas que não exerceram atividades remuneradas, seja por estarem desempregadas, seja por estarem fora do mercado de trabalho, era bem inferior entre quem não recebia benefícios que entre os demais. Ou seja, possivelmente, as famílias auxiliadas também apresentavam menor número de membros contribuindo para renda domiciliar total.

Tabela 8- Beneficiários por tipo de contrato de trabalho no Brasil em julho de 2020, em percentual

	Auxílio e Bolsa Família	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	Nenhum	Total
Com carteira	8,22	16,00	21,79	27,68	22,07
Servidores e militares	0,90	2,12	1,14	6,98	4,77
Sem carteira	12,22	10,1	11,14	6,63	8,31
Conta- Própria	19,23	20,48	13,75	11,95	15,44
Empregador	0,19	0,96	0,39	2,44	1,73
Não exerceu atividade remunerada	59,24	50,35	51,79	44,32	47,67
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD-covid19. Elaboração Própria, 2022.

Em suma, é possível fazer uma espécie de ordenação de maior vulnerabilidade social partindo das pessoas que acumulavam AE e PBF, para as que recebiam apenas Bolsa família, os que requisitaram AE e, por último, quem não precisou de nenhum dos benefícios.

O perfil mais comum de quem aferia AE era de mulheres pardas, com ensino médio completo, moradores da zona urbana sudestina, que possuíam casas próprias e que estavam sem trabalho.

Os que tinham emprego eram, principalmente, trabalhadores por conta-própria, que recebiam habitualmente cerca de R\$1540,00 mensais e perderam, em média, R\$300,00 desses rendimentos durante a pandemia.

Mas, mesmo não sendo parte da descrição mais comum de um beneficiário do AE, outras características podem descrever as pessoas que precisaram dele com, proporcionalmente, mais frequência: homens não-brancos nortenses e nordestinos, moradores da zona rural em casas cedidas e que não haviam concluído a educação básica. As condições de trabalho são semelhantes. Espera-se que essas duas informações junto ao restante das descrições aqui realizadas sejam capazes de auxiliar na criação e focalização de políticas assistenciais.

Os resultados encontrados são consistentes com trabalhos já realizados dentro da literatura de transferência de renda, principalmente em pesquisas que analisam o perfil de beneficiários desses programas. Os principais resultados encontrados indicam que as variáveis discutidas são importantes na análise e formulação de políticas públicas mais eficazes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar o perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial e do Programa Bolsa Família durante a pandemia de COVID-19, indicando o perfil deles. Além de reforçar a ideia de que o desenho de uma política pública “envolve um esforço de sistematizar ações eficientes e eficazes, com a aplicação de conhecimento de meios políticos para a adoção de instrumentos que permitam atingir objetivos, resultados e metas dentro de contextos políticos” (Howlett, 2014, p. 283-284).

Especificamente, buscou-se comparar o perfil dos beneficiários de políticas já definidas com perfis da nova política assistencial Auxílio Emergencial durante a pandemia, por meio da análise descritiva dos dados disponibilizados pela PNAD-Covid19 e pelo IBGE.

No que diz respeito aos resultados, em sua maioria, o perfil do beneficiário do AE eram mulheres pardas, com ensino médio completo, moradores da zona urbana sudestina, que possuíam casas próprias e que estavam sem trabalho. Destaca-se que, desses, em sua minoria estão aqueles que já recebiam algum tipo de transferência de renda do governo.

Em relação à renda, observa-se que o Auxílio Emergencial no valor de R\$600,00 reais conseguiu cobrir a queda no rendimento dos trabalhadores por conta própria. Ou seja, habitualmente essas pessoas teriam uma perda média de R\$300,00 reais em sua renda, com o Auxílio Emergencial elas conseguiram recompor os rendimentos em R\$600,00 reais.

As variáveis utilizadas nesta análise mostram-se de fundamental importância para a efetividade de políticas públicas. Isto é, para que elas possam afetar imediatamente o problema a que se destina é necessário que a população-alvo esteja bem delimitada, incluindo diferentes características.

Por fim, as contribuições deste trabalho estão em demonstrar a amplitude e importância do Auxílio Emergencial, sugerir a efetividade do benefício para assegurar a renda de pessoas vulneráveis durante a pandemia e analisar as variáveis socioeconômicas que se mostraram importantes durante o estudo e podem ser consideráveis para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. E. D. S. **O aumento da vulnerabilidade social durante a pandemia da covid-19 no Brasil: uma análise do perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial entre 2020 e 2021.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) —Osasco: Universidade Federal de São Paulo, 2022.
- ARENA, R. A. **Programas de transferência de renda: uma análise do auxílio emergencial.** Dissertação (Mestrado em Economia). Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2021.
- BAPTISTELLA, J. C. F. **Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias.** Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, v. 3, p. 26–53, 2012.
- BRASIL. Lei 13.982, de 2 de abril de 2020. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, [...] e estabelece medidas excepcionais de proteção social [...] decorrente do coronavírus (Covid-19) [...], a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Diário Oficial da União, edição extra A. Brasília, D.F., 2 abril. 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm. Acesso em: 2 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão Da Informação/ Departamento de Monitoramento. **Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19: quem são e onde estão?.** Brasília. 2021. *E-book* (75p.) (Série De olho na cidadania). Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/deolhonacidade_3_2202.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): Guia de Vigilância Epidemiológica do COVID-19. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde.** 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em 03 fev. 2022.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). **Auxílio Emergencial 2021.** 2021. Disponível em <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>. Acesso em 08 fev. 2022.
- CAMARGO, F. et al. **Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa Família: o que o cadastro único revela?** Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013. p. 157–178.
- CAMELO, R. D. S.; CÉSAR, C.; SAIANI, S. **Alimentação, Nutrição e Saúde em Programas de Transferência de Renda: Evidências para o Programa Bolsa Família.** Economia, v. 10, n. 4, p. 685–713, 2009.
- CARVALHO, T. F. B. DE et al. **Nutritional status and food safety of families benefited by the bolsa familia program: integrative review.** Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, p. 593–602, 2020.
- CIRENO, F.; SILVA, J.; PROENÇA, R. P. **Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do programa Bolsa Família.** In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Eds.). Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013. p.

297–304.

COSTA, ECIO & FREIRE, MARCELO. **Estudo de avaliação do programa de auxílio emergencial: uma análise sobre focalização e eficácia a nível municipal**. 10.13140/rg.2.2.14014.51523. 2020

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. **The Bolsa Família cash transfer program and food and nutrition security in Brazil: A critical review of the literature**, v. 33, n. 1, p. 54–60, 2013.

FREITAS, M. P. S. **Sistema integrado de pesquisas domiciliares: amostra mestra 2010 e amostra da PNAD contínua** / Marcos Paulo Soares de Freitas, Giuseppe de Abreu Antonaci. - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2014. p. - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518- 675X; n. 50)

HEALTH & HUMAN SERVICES (HHS). **What is the difference between isolation and quarantine?** 2020. Disponível em <https://www.hhs.gov/answers/public-health-and-safety/what-is-the-difference-between-isolation-and-quarantine/index.html>. Acesso em 05 fev. 2022.

HOWLETT, M.; MUKHERJEE, I.; RAYNER, J. **The Elements of Effective Program Design: A Two-Level Analysis. Politics and Governance**, v. 2, n. 2, p. 283-284, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/cAS31i>. Acesso em 12 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Produto Interno Bruto – PIB**. 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20PIB&text=O%20PIB%20do%20Brasil%20em,das%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20brasileiras..> Acesso em 05 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA(IPEA). **Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise ex ante**. V. 1, 192 p. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). **Policy responses to COVID-19**. 2020. Disponível em <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19>. Acesso em 08 fev. 2022.

KOMATSU B, MENEZES-FILHO N. **Simulações de impactos da COVID-19 e da renda básica emergencial sobre o desemprego, renda, pobreza e desigualdade**. INSPER Policy Paper 2020; (43). <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-gestao-e-politicas-publicas/policy-papers/>. Acesso em 15 de fev. De 2022.

LARA DE ARRUDA, PEDRO; LAZAROTTO DE ANDRADE, MARINA; FALCAO SILVA, TIAGO; TEIXEIRA BARBOSA, DIANA; MORGANDI, MATTEO. **Auxílio Emergencial: Lessons from the Brazilian experience responding to COVID-19 (English)**. Washington, D.C.: Banco Mundial Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/099255012142121495/P1748361b302ee5718913146b11956610692e4faf5bc>

LIMA, P. V. P. S.; VASCONCELOS, J. C. **Programa Bolsa Família e educação escolar:**

uma abordagem de dados em painel. *Redes*, v. 24, n. 1, p. 335–355, 2019.

NAZARENO, L. DE A.; VASCONCELOS, A. M. N. **Transferências Condicionadas de Renda: origens, fundamentos teóricos e tendências recentes na África Subsaariana.** *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 19, p. 75–86, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard.** 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em 05 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Brasil confirma primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus.** 2020. Disponível em <https://www.paho.org/pt/node/69303#:~:text=26%20de%20fevereiro%20de%202020,21%20de%20fevereiro%20deste%20ano..> Acesso em 08 fev. 2022.

OSORIO GONNET, C.; VERGARA HERMOSILLA, J. M. **Programas de transferencia Condicionada frente a frente: Los casos de Chile, Paraguay y Colombia (2000–2012).** *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestion Estatal*, v. 19, n. 32, p. 109–140, 2019.

PAIVA, L.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. **Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema.** In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Eds.). *Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania*. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013. p. 25–44.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Diário Oficial do Município (DOM).** Disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/2856>. Acesso em 08 fev. 2022.

RISSATO, D.; GUIMARÃES, C. **Análise dos determinantes para o recebimento do auxílio emergencial como medida de enfrentamento à pandemia: o caso do Brasil.** *Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social*, v. 14, n. 29, p. 1–17, 2020.

ROCHA, S. **Transferências de Renda No Brasil. O Fim da Pobreza?** 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SALVATO, MARCIO ANTONIO, FERREIRA, PEDRO CAVALCANTI GOMES, & DUARTE, ANGELO JOSÉ MONT'ALVERNE. **O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda.** 2010. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/USP-14_6de93bc2a5c65bd5b4502d001e94fbae

SOARES, F. V. et al. **Programas de transferência de renda no Brasil e impactos sobre a desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão n. 1228).

SOARES, N.; SÁTYRO, S. **O Programa Bolsa Família: Desenho institucional, impactos e possibilidades futuras.** Brasília: Ipea, 2009.

SOARES, S. et al. **Conditional cash transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality.** *Estudios económicos*, n. 1, p. 207–224, 2009.

SOUZA, T. A. A. DE; COUTO, A. C. L. **Programa Bolsa Família: características e perfil da pobreza entre os beneficiários nos estados do Paraná e Bahia.** Informe GEPEC, v. 19, n. 2, p. 41–56, 2015.